

## A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX

A elite intelectual criada com o liberalismo sonhava com a vocação de ser uma aristocracia do saber e exercer-se, enquanto tal, em benefício de todos. Numa fórmula ambivalente, Latino Coelho legitimava o pretendido domínio dos intelectuais, investindo-os como casta (aqueles que «Deus privilegia com o talento») na responsabilidade de «uma função mais qualificada e mais nobre do que [a do] vulgo das vocações», e proclamava, ao mesmo tempo, a universalidade da ideia e da palavra, considerando que «o morgado que esta nobreza funda não é para si. Disfruta-o a humanidade inteira<sup>1</sup>.»

Que aqui havia ambiguidades e contradições difíceis de contornar, apercebiam-no aqueles que, empenhados em «difundir as luzes» — como então ainda se usava dizer —, cuidavam, por outro lado, de não levar demasiado longe o zelo didáctico. A seu ver, não deveria a instrução derramar-se sem barreiras junto das *classes laboriosas* para que os filhos destas as não tornassem *classes perigosas*, levados por «estudos supérfluos» ao desrespeito de obrigações religiosas, civis e domésticas e ao desejo de um destino outro que o dos pais. Assim o dizia um dos grandes defensores da educação popular, Herculano, fazendo notar, para tranquilidade dos mais receosos, que «nada concorrerá para alterar essa igualdade que se deseja conservada» (leia-se a imobilidade social dos filhos de pais artesãos ou trabalhadores rurais) se não se fizer os meninos pobres «aprender as línguas sábias e as artes de luxo»<sup>2</sup>.

Uma outra contradição, complementar da anterior, atravessava-se entre as concepções românticas dos intelectuais quanto à cultura popular — expressão do que é simples e autêntico, e como tal deve ser preservado — e o seu envolvimento nas tentativas de emancipar o povo ignorante através da conversão à cultura cultivada.

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Latino Coelho, «Casal Ribeiro», in *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, t. 1, 1859, p. 147; v. desenvolvimento desta questão em M. Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Presença, Lisboa, 1988, 1.ª parte, cap. 2, «Concepções dos intelectuais sobre a estrutura social e sua autoclassificação».

<sup>2</sup> A. Herculano, «Instrução popular», in *Panorama*, t. 1, n.º 5, 1837, p. 37.

No cruzar dos eixos de uma e outra contradição localiza-se o processo de desenvolvimento do circuito literário popular que emerge entre nós nos meados do século XIX. Trata-se de um processo interessante a vários títulos, nomeadamente enquanto revelador de novas hierarquias entre os intelectuais, de relativo alargamento e diferenciação do público-leitor, de reconfigurações no sistema de produção e circulação editorial.

Nesta breve análise privilegiar-se-á o enfoque sobre o papel da elite intelectual, ou melhor, de alguns dos seus membros, no surto da *indústria cultural* do livro em Portugal. E a quem possa parecer abusiva, por prematura, a designação de indústria cultural far-se-á notar que Saint-Beuve já falava de «literatura industrial» (título de um seu artigo publicado em 1839 na *Revue des deux mondes*) e Herculano, passada cerca de uma década, retomava a ideia e falava de «industrialismo literário»<sup>3</sup>.

Curiosamente, o livro, emblema por excelência da «grande cultura», seria dos primeiros objectos culturais a entrar no sistema alargado de produção e difusão e evoluiria num mercado expansionista, fortemente concorrencial e exigente em novidade. Enquanto tal, o livro está presente na génese da «cultura de massas», antecipando polémicas que à volta desta se viriam a desenrolar — na sociedade portuguesa e na época referida ele é, dentro de um circuito literário popular em organização, o ponto de confluência de expectativas de democratização da cultura, bem como de denúncias da sua mercantilização.

Na linha do que atrás se dizia, interessa aqui considerar particularmente aquelas formas de intervenção cultural dos intelectuais que respeitam ao domínio específico do livro e que se traduziriam em novas relações entre os escritores, os editores e os públicos, ou, noutro plano, em novas relações entre o texto, o seu suporte e o seu uso. Mas não podem estes aspectos isolar-se de outras formas de intervenção, nomeadamente nos domínios das reformas públicas de ensino e das campanhas privadas de alfabetização; da criação de sociedades recreativas e culturais; do incremento de uma imprensa periódica de recreio e instrução; etc.

Limitar-se-á esta comunicação, dentro da sua necessária brevidade, a avançar algumas questões e alguns elementos informativos e interpretativos quanto à natureza dos agentes intervenientes e das estratégias desencadeadas no processo em causa.

Quanto aos intervenientes, havia intelectuais empenhados cumulativamente nos vários domínios apontados, desenvolvendo uma acção multiforme, enquanto para outros era mais circunscrita a intervenção. Mas para uma indagação sobre o seu perfil e sobre a natureza e o impacto da sua intervenção, mais importante do que conhecer as variedades de amplitude desta, será conhecer as variedades de posição dos diferentes intelectuais e os diferentes pontos do trajecto de cada um, no campo político e no campo literário, bem como conhecer as variedades das concepções que orientavam as estratégias interventivas e os objectivos prosseguidos.

Se, na generalidade, os intelectuais nascidos ou criados por altura da nossa revolução burguesa se reconheciam na missão de educadores do povo, este assumia significados diversos para as diferentes gerações e para os diferentes grupos de intelectuais, como diversos eram também os projectos de educação que alimentavam. Donde a possibilidade de identificar várias modalidades de posicionamento distribuídas entre os pólos dos dois eixos cruzados a que aqui se aludiu inicialmente (democratização *versus* elitização; preservação da cultura popular *versus* conversão à cultura cultivada).

Ao mesmo tempo, há que ter presente uma outra característica da intervenção cultural orientada para as classes populares, consistindo no facto de esta integrar duas correntes de sentido diverso: uma que ia dos literatos para o povo e outro do povo para a literatura. Neste último caso os protagonistas eram, sobretudo, operários tipográficos que acediam ao jornalismo ou à produção dramática e que, por vezes, se tornavam também editores. Aliás, no trânsito do povo para a literatura, determinadas figuras ganhavam um valor emblemático e personificavam a conversão através da cultura cultivada, caso de Gomes de Amorim, designado em jovem como o *poeta-operário*.

Entre uma e outra das duas correntes tecia-se uma complexa rede de relações e identificações por onde passavam os investimentos na implementação do circuito literário popular.

Por tudo isto, não é fácil delinear o perfil dos intelectuais que protagonizavam o empenho na produção e difusão de uma «literatura para o povo». Todavia, se nos circunscrevermos aos meados de oitocentos, quando crescia o entusiasmo pelo associativismo operário, é possível caracterizar um conjunto de intelectuais que participavam desse entusiasmo e estavam directamente envolvidos nos esforços de alargamento do público leitor. Tratava-se, em regra, de intelectuais com origens sociais modestas ou em situação de mobilidade descendente, com posições pouco sólidas tanto no campo literário como no político, não raro vivendo quase exclusivamente das letras, muito dependentes da carreira jornalística, podendo ocupar cargos secundários na burocracia e tendo, por vezes, formação escolar pouco elevada ou sendo autodidactas.

Posições político-ideológicas marginalizadas (a situar numa área difusa de socialismo utópico) concorriam igualmente para a definição do perfil destes intelectuais<sup>4</sup>.

Um outro elemento importante era a juventude dos implicados, tendendo os referidos esforços a concentrar-se nos inícios das suas trajectórias sócio-profissionais (característica a destacar na medida em que ela tendia a nivelar a protagonização nesta fase de vida e a integrar aqueles casos que posteriormente seguiriam diferentes trajectos e projectos).

Passando da indagação sobre quem protagonizava o processo para a indagação sobre as estratégias convocadas no sentido de difundir a leitura, será

---

<sup>4</sup> Remeto de novo para *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, nomeadamente 3.ª parte, pp. 165 a 275.

de destacar uma série de operações que podem considerar-se precursoras das que actualmente se montam, quer para políticas do livro e da leitura, quer para campanhas de *marketing* cultural.

No seu conjunto, aquelas estratégias actuavam em várias frentes, embora isto não signifique propriamente que se está perante uma ideia ou um plano global conscientemente articulado. Era, assim, através de acções nem sempre concertadas entre si e de natureza relativamente informal e descontínua que os intelectuais envolvidos procuravam atingir fundamentalmente dois objectivos: facultar o acesso a uma aprendizagem imprescindível (saber ler) e, uma vez adquirida esta competência, estimular a continuidade do seu exercício (criar hábitos de leitura).

O primeiro objectivo passava pelas campanhas de alfabetização. A este respeito, as iniciativas visavam remediar o desinteresse dos governos pelo ensino primário, designadamente através da abertura de aulas em colectividades criadas no âmbito do movimento associativista ao longo da década de 50 (Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, Associação Promotora da Educação Popular, Grémio Popular, Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, etc.).

A certa altura, Castilho terá liderado estas campanhas com o *Método de Leitura Repentina*. Vale a pena destacar o modo como o procurou lançar e difundir junto de um largo público, montando o que se poderá considerar a primeira operação publicitária de grande vulto no mercado de bens e serviços culturais em Portugal. Castilho não descuraria sequer a propagação do *Método* pelo país e deslocar-se-ia pessoalmente para o apresentar em vários locais onde realizava conferências e fazia demonstrações da aplicação do mesmo.

A campanha incluía além disso, a distribuição gratuita de vários exemplares do livro, enviados estrategicamente aos governadores civis para promoverem a sua adopção nas escolas distritais, aos governadores militares para os introduzirem nas aulas dos regimentos e aos bispos para que os recomendassem aos párocos das suas dioceses<sup>5</sup>.

A utilização de anúncios na imprensa periódica constituiria outro dos meios mobilizados. Efectivamente, os jornalistas que acompanhavam as campanhas de alfabetização divulgavam-nas com grande relevo nos jornais e revistas onde colaboravam; aí seriam também propagandeadas as sessões do *Método* realizadas nos saraus didáctico-mundanos do Colégio de Castilho. Merecem citação os entusiasmos com que Vieira da Silva, no jornal *A Esperança* (1853), amplificava esses saraus em que «se derramava a torrentes a luz que há-de civilizar e engradecer um povo», que ele via representado nos bancos dessa sala onde «se tem sentado a modesta filha do povo ao pé da muito nobre dama».

Quanto ao segundo objectivo referido — assegurar que, uma vez que se aprendera a ler, se iria manter o hábito da leitura —, ele reclamava toda uma organização do circuito literário popular. Neste processo são de distinguir duas estratégias, uma directa: lançamento de livros em colecções económicas; outra indirecta: pré-publicação de romances na imprensa periódica, em folhetins.

É de notar que os escritores/editores implicados nestas estratégias estavam bem conscientes da diferente forma de praticar a leitura que caracterizava os novos leitores das classes populares e da necessidade de lhes fornecer textos e suportes adequados. Uma leitura que exigisse «tempo, estudo e meditação» estava fora de causa, como, de resto, já nos anos 30, um redactor anónimo do *Universo Pitoresco* observava muito realisticamente: «[...] para as classes laboriosas, a quem poucos momentos sobram dos seus empregos, era necessário criar uma literatura própria e de tal arte concebida que os convidasse a empregar nela algumas horas destinadas ao repouso<sup>6</sup>.» Herculano, ao tempo do lançamento do *Panorama*, dava, como é sabido, a receita do mel na borda do vaso de remédio: «[...] a par de um artigo de crítica, de moral, de ciência, deve ir um romance histórico, uma cena dramática, um poema<sup>7</sup>.»

O jornal constituía, já então, a modalidade de impresso tida como a mais adequada para chegar junto dos fracos leitores, mas pelos meados do século começariam também a desenvolver-se processos de captação daqueles leitores para outra modalidade de impresso — o livro — tradicionalmente privilegiada como própria dos cultivados. Os intelectuais insistiam em que era preciso que os fracos leitores não só lessem mas lessem bons livros, e bons livros seriam os que eles recomendavam e que se situavam, em regra, no circuito letrado. Tornava-se necessário fazê-los passar para o circuito popular, accionando mecanismos de divulgação não profundamente diferentes de alguns que se vêem funcionar hoje em dia em vários sectores da «cultura de massas». Em suma, tornava-se necessário proceder a alterações no texto original e no respectivo suporte de modo a fazê-los atractivos e utilizáveis para os novos públicos.

No que se refere ao texto, realizavam-se frequentemente operações de redução e simplificação. Algumas vezes, porém, aos textos originais já alterados acrescentavam-se outros textos complementares de índole didáctica sobre os autores e as obras seleccionadas (caso dos livros publicados na Livraria Clássica Portuguesa, organizada e editada pelos irmãos Castilho em 1845). Adoptavam-se critérios de selecção orientados para a facilidade e o recreio (o editor Corazzi, já no final do século, declarava na apresentação da «Biblioteca Universal Antiga e Moderna» que ela se destinava a dar a conhecer «as obras menos volumosas e mais amenas dos bons e grandes escritores»).

<sup>6</sup> *Universo Pitoresco*, n.º 1, 1834.

<sup>7</sup> A. Herculano, *Cartas*, Aillaud e Bertrand, Lisboa, t. II, p. 105.

Por seu lado, o suporte destes textos, destinados a constituir os livros das colecções populares, caracterizava-se pela má qualidade do papel e da impressão a fim de permitir baixos preços de venda. No entanto, se a barateza do livro era, naturalmente, uma condição primordial, sabia-se já que ela não era suficiente — o livro tinha também de ser atraente. Para além do baixo preço, a apresentação material num formato «elegante, cómodo e portátil» juntamente com «a variedade de autores e obras» eram aspectos destacados na publicidade usada para lançar as colecções populares, publicidade que se colocava quer na imprensa periódica, quer nas próprias capas ou na primeira página dos livros.

Face a uma procura que, mais do que qualquer outra, era particularmente instável, precária e difícil de prever, impunha-se procurar elementos estabilizadores que pudessem evitar fracassos editoriais. Neste linha de preocupações adoptavam-se certos procedimentos que viriam a tornar-se paradigmáticos no domínio das indústrias culturais, nomeadamente o uso de nomes-vedetas, a que se acoplavam nomes desconhecidos, e a concentração em géneros mais leves e mais atraentes para os gostos de então (lendas, crónicas, viagens e recordações pitorescas). Deste último procedimento são exemplo as colecções económicas lançadas por A. Maria Pereira com o apoio de alguns literatos, como Brito Aranha e Inocêncio Francisco da Silva, que parece terem actuado enquanto consultores editoriais.

Na verdade, o que se fazia era reproduzir no mercado de livro os procedimentos já reconhecidamente bem sucedidos no mercado da imprensa periódica e, em particular, nos jornais de recreio e instrução onde os jornalistas-vedetas eram um trunfo comprovado<sup>8</sup> e onde os géneros acima referidos floresciam.

Mas havia ainda um outro efeito importante das publicações periódicas sobre a produção e difusão do livro, um efeito ligado ao que atrás se designou como uma estratégia indirecta na organização do circuito literário popular, isto é, a publicação de romances em séries nos jornais e revistas. De facto, a saída destes *folhetins* funcionava não só como um pólo de atracção favorável ao aumento das tiragens dos respectivos jornais, mas também como uma via para o posterior lançamento do romance (ou da peça de teatro) cujas séries tinham obtido sucesso.

Não raro, em vez da publicação integral em séries nos jornais, optava-se por apresentar apenas alguns fragmentos para captar o interesse do público. Nos anos 40 começara a realizar-se em Portugal esta operação com êxitos já confirmados em França. Recorda-se, a título de exemplo, que dois capítulos do *Eurico* e o primeiro capítulo das *Viagens na Minha Terra* apareceriam pela primeira vez na *Revista Universal Lisbonense*. E da parte dos

---

<sup>8</sup> Já no final dos anos 30, Viana da Pedra propunha-se comprar os artigos de três nomes consagrados — Herculano, Garrett e Castilho —, cobrindo o preço estabelecido pelo jornal *O Museu Portuense* (1838-1839) — carta publicada no *Arquivo Histórico Português*, vol. 8, n.ºs 3 e 4, Lisboa, 1910.

intelectuais havia um conhecimento claro da natureza e da finalidade da operação, conforme se pode verificar pelas palavras de Castilho quando em carta a Luís de Seabra (1842) escrevia: «Um fragmento de uma obra grande aparecendo antes dela, em lugar de a apagar, atea a curiosidade [...] bem sabes que da *Notre Dame de Paris* e de outros romances de Vitor Hugo e de quase todos de Dumas [...] primeiro que aparecesse o todo, apareceram nos folhetins dos jornais acreditados algumas amostras<sup>9</sup>.»

Em certos casos, os folhetins iam sendo escritos à medida que iam saindo nos jornais e, como deles dependia, em grande parte, o sucesso desses jornais, os autores tinham de estar atentos aos gostos do público. Por vezes transformavam a acção e as personagens para satisfazer leitores e editores — ficou famosa a história acontecida com Eugène Süe que, ao longo da feitura de *Os Mistérios de Paris*, recebeu mais de 400 cartas de leitores, algumas com pedidos de alterações atendidos pelo autor<sup>10</sup>.

Como se tem vindo a verificar, o processo de organização do circuito popular integrava dois tipos de produções — as resultantes de uma transposição a partir do circuito letrado (caso exemplar: a divulgação dos clássicos) e as desenvolvidas no interior do próprio circuito popular e originariamente dirigidas para «o grande público» (caso exemplar: a produção/difusão do romance folhetesco). Seria em torno deste último tipo de produções que iam girar as polémicas entre os diferentes intelectuais e as contradições com que cada um se defrontava; seria sobre este mesmo tipo que ia cair o estigma da «literatura industrial», a denúncia dos seus processos e fins em vista, de tudo aquilo, enfim, que nela contrariava o mito do artista independente e desinteressado e da criação como acto demiúrgico, único e inspirado. Os alvos então escolhidos pela crítica são os ainda hoje visados: a standardização das produções de série; a sujeição aos gostos fáceis de públicos não cultivados; a sede do lucro; a exploração do sensacionalismo.

Mesmo os mais entusiastas e mais envolvidos no processo de alargamento do público leitor oscilavam frequentemente nas suas apreciações, apanhados entre exigências descoincidentes — exigências de um mercado nacional do livro a lutar pela expansão, mas sujeito às pressões do mercado internacional; exigências de uma produção literária capaz de «emancipar o povo», onde o romance à Süe aparecia ora como veículo privilegiado de debate social e político, ora como negação da necessária autonomia da literatura (Lopes de Mendonça, apesar do seu empenhamento enquanto socialista, não deixaria de reclamar espaço para a especificidade estética da criação literária), ora ainda como subproduto cultural<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Júlio de Castilho, *op. cit.*, t. IV, pp. 83 e 84.

<sup>10</sup> Anne-Marie Thiesse, «L'éducation sociale d'un romancier — le cas d'Eugène Süe», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Centre de Sociologie Européenne, 1980, n.º 32-33.

<sup>11</sup> Denúncia esta que provinha predominantemente de um tipo de intelectual não jovem, sem inclinações socialistas e com uma posição já consagrada [por exemplo, as críticas de Herculano aos «romancistas modernos», praticantes da «literatura-mercadoria» (v. «Da propriedade literária», in *Opúsculos*, t. II, p. 77)].

Numa síntese do dilema democratização/comercialização da literatura, Brito Aranha, pesando prós e contras das estratégias desenvolvidas em prol da organização do circuito literário popular, concluiria num tom pragmático e otimista que, se «a escolha nem sempre era orientada por critério elevado», mesmo assim, o afluxo de livros variados e baratos «engrandecia a indústria do livro, aumentava o número de compradores e leitores, desenvolvia o gosto da leitura e afinal ia compensando os sacrifícios que alguns deviam de fazer para não retrogradarem, nem causarem perda grave às empresas em que se envolveram»<sup>12</sup>.